



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE MACEDO DE CAVALEIROS**

REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2013

ATA Nº 02/2013

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, compareceram para realizar uma sessão ordinária convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia Sr. António Joaquim Angélico Choupina, que esteve presente, bem como os seguintes membros do executivo da Junta de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Edgar Manuel Rodrigues Frago, a Srª Secretaria da Junta de Freguesia, Maria Irene Lopes Gabriel, o Sr. Tesoureiro da Junta de Freguesia, Francisco José Ramos Castanheira Pinto, o primeiro Vogal, Ana Isabel Ledesma Fernandes e segundo Vogal João Nuno Ferreira Pires.

Estiveram também presentes os membros da Assembleia de Freguesia, João Virgílio Vaz Justo, como 1º secretário, em substituição de Gabriela Maria Rodrigues Carvalho, que justificou a sua ausência, Rui Manuel Peredo Ricardo, como 2º secretário, João Batista Pinela, Áurea Andreia dos Santos Pires, Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz, Ana Arminda da Cruz Moreira Azevedo, Alice Maria Dias Pires, Paulo Sérgio Marçal Afonso, Alfredo dos Santos Dias, em substituição de Joaquim Manuel Ferreira Seabra, que justificou a sua ausência, António Costa Palma e Palma, em substituição de António Joaquim Gil, que justificou a sua ausência e Susana Alexandra Esteves Viana, em substituição de Telmo Rafael Batista Valadar, que justificou a sua ausência. (As ausências registadas foram todas devidamente justificadas.)

Ponto 1 - ANTES DA ORDEM DO DIA:

- Foi identificada a necessidade de rever o tempo de espera do início dos trabalhos.
- Foi solicitada a presença na mesa de assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia, do membro João Virgílio Vaz Justo, em substituição de Gabriela Maria Rodrigues Carvalho, como 1º secretário.
- Foram entregues declarações de justificação de faltas dos membros: Telmo Rafael Batista Valadar, António Joaquim Gil e Joaquim Manuel Ferreira Seabra e de imediato substituídos pelos membros acima referidos após aprovação do Presidente da Assembleia.

- Foi realizada a cerimónia de compromisso de honra dos membros da Lista do CDS e do PSD em substituição dos membros que passaram a fazer parte do executivo da Junta de Freguesia, uma vez que não tinha sido realizada na primeira reunião.

- Foi feita a leitura de uma carta enviada pelo Sr. Cónego Melo ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão com leitura da ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 – **Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Freguesia de Macedo de Cavaleiros acerca da atividade da Freguesia**, (dando cumprimento ao previsto na *alínea e)* do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.2 – **Revisão Orçamental nº 1 do período de 01.01.2013 a 30.10.2013**; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do ponto 1º do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.3 – **Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do período de 01.01.2013 a 30.10.2013 do ano financeiro de 2013** – (dando cumprimento ao previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.4 – **Revisão Orçamental nº 2 do período de 01.11.2013 a 31.12.2013**; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.5 - **Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2014**; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do ponto 1º do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.6 – **Aprovação do Mapa de Pessoal 2014** - Atribuições/ Competências/ Atividades dos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal para o ano 2014, (dando cumprimento ao previsto na alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.7 – **Aprovação da atualização da Tabela Geral de Taxas e Licenças para o ano financeiro de 2014** – (dando cumprimento ao previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.8 – **Pedido de autorização para Contração de todos os Empréstimos a Curto Prazo e locação financeira**, que a Freguesia venha a contrair durante o período de vigência do Orçamento para o ano 2014 (dando cumprimento ao previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 2.9 – Delegação de Competências na Freguesia (dando cumprimento ao previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro).

Ponto 2.10 – Alteração e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Macedo de Cavaleiros (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro)

Ponto 2.11 – Autorizar a Assembleia de Freguesia a organizar e realizar uma reunião extraordinária de todos os membros das assembleias de freguesia e juntas de freguesia do concelho, no intuito discutir e aprovar a seleção de produtos regionais a expor na MONTRA DE MACEDO (virtual e real);

Ponto 2.12 – Aprovar a criação do livro verde (será um livro de capa verde que irá passar por todas as instituições e organismos da nossa freguesia para apresentarem sugestões de trabalho a levar a cabo pela freguesia de Macedo de Cavaleiros, terá um cariz de envolvimento e de oportunidades de participação ativa por parte dos mesmos, podendo dar origem à criação de protocolos e parcerias de trabalho.

Ponto 3 – Período do Público

A ordem de trabalhos teve início através da Comunicação do Presidente da Junta de Freguesia, informando que a sua actividade será em regime de meio tempo.

Informou, ainda, todos os presentes, que na Informação Escrita do Presidente no ponto 4- Informação sobre a Situação Financeira da Junta de Freguesia alínea b) não foi mencionado o acordo de pagamento das remunerações do ano de 2009-2010-2011 do Presidente da Junta cessante, pedido deixado pelo mesmo nos serviços administrativos da Junta de Freguesia, pelos seguintes motivos:

- Surgiram algumas dúvidas na análise do documento e a legalidade do mesmo;
- Os membros do Executivo da Junta decidiram pedir um parecer jurídico aos Organismos competentes para o efeito;
- O Presidente da Junta referiu que tentará resolver este assunto com a maior brevidade possível e na próxima Assembleia de Freguesia será novamente exposto o assunto com uma resposta conclusiva e objetiva.

Ponto 2 - ORDEM DO DIA:

C L V

Ponto 2.1 – Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Freguesia de Macedo de Cavaleiros acerca da atividade da Freguesia, (dando cumprimento ao previsto na *alínea e)* do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Neste ponto inscreveram-se os membros Virgínia Maria do Chéu Guedes Vaz e Ana Arminda da Cruz Moreira Azevedo,

O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, deu a palavra ao membro Virgínia Vaz, que questionou o Presidente da Junta sobre a informação escrita no ponto 2 – Cultura, Desporto, Educação e Ação Social, em que âmbito foi realizada a colaboração com a Cáritas.

Tomou a palavra o membro Ana Azevedo, pedindo um esclarecimento sobre os cursos de formação profissional, quais as medidas e em que condições irão realizar-se.

De seguida, também, o membro Ana Azevedo pediu que lhe fosse dada uma informação mais pormenorizada do ponto 4 – Informação sobre a situação financeira da Junta de Freguesia – alínea b) mapa dos compromissos assumidos e não pagos desde 01.01.2013 a 30.10.2013.

- Questionou, ainda, se existem documentos comprovativos das dívidas e como foram elaborados os acordos de pagamento ao que se refere a Prestação de Serviços - elaboração de projetos;

- Como se justifica o valor apresentado da dívida às Instituições como Caixa Geral de Aposentações, ADSE e IRS.

- Como pretende, o atual executivo, liquidar as referidas dívidas do mapa de compromissos assumidos e não pagos.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia que, em resposta ao membro Virgínia Vaz, esclareceu que o executivo da Junta, pretendia atribuir cabazes de Natal às famílias mais carenciadas, no entanto, uma vez que a tomada de posse foi realizada no final do mês de outubro e por falta de tempo, foi deliberado realizar a atividade em colaboração com a Cáritas, as pessoas inscrever-se-iam na Junta de Freguesia, e o requerimento seria posteriormente entregue a Cáritas que, posteriormente, faria a avaliação e atribuição do cabaz.

De seguida respondendo à questão colocada pelo membro Ana Arminda, foi dito que, realizou uma reunião com a Diretora do Centro de Formação de Bragança, a fim de ser realizado um protocolo de colaboração no âmbito da formação profissional que se enquadrasse nas condições físicas e financeiras da Junta de Freguesia.

Em resposta ao membro Ana Azevedo, foi esclarecido pelo Presidente da Junta de Freguesia que, o novo executivo quando tomou posse encontrou a Junta de Freguesia com uma situação financeira de défice muito elevado. Depois de uma análise aos documentos e verificadas todas as situações pendentes, foi neste executivo elaborado um mapa dos compromissos assumidos e não pagos, que faz parte da informação escrita do Presidente, onde estão descriminados por rubricas os referidos compromissos.

Em relação aos acordos de pagamento, estes foram elaborados com os Engenheiros que elaboraram os projetos de beneficiação de caminhos do PRODER. Estes honorários foram divididos por vários anos e ainda falta liquidar o valor referente aos planos de pagamento para o ano 2014, estes encontram-se descritos no orçamento e plano do ano financeiro de 2014.

No que se refere ao valor da Caixa Geral de Aposentações, ADSE, IRS, foi verificado que o valor retido nos vencimentos dos funcionários da Junta de Freguesia, não foi depois entregue ao Estado, à Caixa Geral de Aposentações e à Repartição de Finanças. Estando esta Junta de Freguesia em incumprimento desta obrigação mensal.

O valor do compromisso aos fornecedores foi encontrado através da soma das faturas por liquidar em posse da Junta de Freguesia.

Em relação às soluções para fazer face ao mapa dos compromissos assumidos e não pagos, foram criadas algumas linhas estratégicas de atuação e objetivos decididos para esse fim, tais como: diminuir as despesas de manutenção do edifício da sede da Junta de Freguesia; diminuir as despesas de telecomunicações; aumentar as receitas provenientes de taxas e licenças; aumentar as receitas através do aluguer do salão da sede da Junta de Freguesia, bem como a venda de bens obsoletos.

Informo que a Junta de Freguesia tem neste momento na sua posse uma retro -escavadora, uma viatura ligeira, um Dumper e um cilindro, que estão em péssimo estado, obsoleto , e que a reparação tem um custo muito elevado, o qual esta Junta não conseguiria suportar. Por esse mesmo motivo deliberou-se vender, alienar o bem aboleto, e assim realizar receita.

Ponto 2.2 – Revisão Orçamental nº 1 do período de 01.01.2013 a 30.10.2013; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do ponto 1º do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que esclareceu este ponto.

O executivo anterior não apresentou à Assembleia de Freguesia as revisões ao Plano e Orçamento, devido a esse facto foi necessário fazer uma revisão à execução do ano financeiro de 2013 até 30.10.2013, a qual se atribuiu o número um, para que o novo executivo pudesse, encontrar o saldo deixado pelo executivo anterior e assim dar início à execução financeira desde 01.11.2013.

A primeira revisão ao orçamento das receitas e despesas no valor de 22.860,80 (vinte e dois mil oitocentos e sessenta euros e oitenta cêntimos).

Tendo em atenção que o anterior executivo não apresentou contas conforme previsto na Lei, coube ao atual executivo apresentar a primeira revisão orçamental para depois elaborar a prestação de contas.

Ponto 2.3 – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do período de 01.01.2013 a 30.10.2013 do ano financeiro de 2013 – (dando cumprimento ao previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Pelo Presidente da Junta de Freguesia, foi dado o esclarecimento que o executivo anterior não apresentou a Prestação de Contas do período de 01.01.2013 a 30.10.2013, por esse motivo foi apresentada a referida execução orçamental nesta reunião da Assembleia de Freguesia para aprovação.

Foi apresentado o documento de Prestação de Contas de 2013 – “Conta da responsabilidade da Freguesia de Macedo de Cavaleiros pela sua gerência de 01 de Janeiro a 30 de Outubro de 2013” para apreciação, com a receita cobrada no valor de **113.771,66** (cento e treze mil setecentos e setenta e um euros, sessenta e seis cêntimos); e saldo da gerência anterior no valor de **6.760,80** (seis mil setecentos e sessenta euros, oitenta cêntimos) perfazendo um total de **120.532,46** (cento e vinte mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta e seis cêntimos), com a despesa efetuada no valor de **119.262,92** (cento e dezanove mil duzentos e sessenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), havendo um saldo positivo no valor de 3.807,20 (três mil oitocentos e sete euros e vinte cêntimos), o qual transita para a gerência seguinte.

Foi ainda apresentado o mapa das Operações de Tesouraria o saldo credor da gerência anterior no valor de 6.724,45 (seis mil setecentos e vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) o movimento anual no valor de débito de **1.452,88** (mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) e no valor de crédito **3.990,54** (três mil novecentos e noventa euros cinquenta e quatro cêntimos) no mapa das Operações de Tesouraria com um saldo credor de **9.371,06** (nove mil trezentos e setenta e um euros e seis cêntimos), que transita para a gerência seguinte.

Ponto 2.4 – Revisão Orçamental nº 2 do período de 01.11.2013 a 31.12.2013; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Questionado o executivo sobre o pedido de empréstimo de 7.000 Euros, foi efetuado o esclarecimento de que não existindo saldo para pagamento dos vencimentos dos funcionários da junta, o executivo viu-se obrigado a recorrer desta solução.

Assim, a segunda Revisão ao Orçamento das receitas e despesas no valor de 13.772,27 (treze mil setecentos e setenta e dois euros e vinte e sete cêntimos); Esta revisão surge da necessidade de corrigir os valores transitados da gestão anterior. Por forma a cumprir o pagamento dos salários do pessoal para o mês de Dezembro de 2013, foi necessário recorrer à boa vontade de outra freguesia. Neste sentido acordámos o empréstimo de 7.000,00 (sete mil euros) sem custos adicionais, a reembolsar em Janeiro de 2014;

Ponto 2.5 - Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2014; (dando cumprimento ao previsto na alínea a) do ponto 1º do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Tomou a palavra o membro Virgínia Maria do Ceu Guedes Vaz, que questionou a finalidade do projeto solidário das hortas comunitárias referido no Plano de atividades na Intervenção Social.

De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia pediu um esclarecimento sobre a rubrica da receita do Orçamento referente ao IMI, no valor de 5.000 euros, visto haver uma diferença substancial da receita do ano de 2013 para o ano 2014.

Tomou ainda a palavra o membro Ana Arminda Azevedo, que questionou o Presidente da Junta, quais as medidas que o executivo tem para diminuir o défice da Junta de Freguesia.

Às questões colocadas, o Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra, e esclareceu que em relação à proposta das hortas comunitárias é uma ideia que está, ainda, a ser estudada, já se efetuaram algumas diligências nesse sentido e o executivo tem como objetivo elaborar um projeto em que alguns proprietários de hortas abandonadas possam cedê-las para famílias mais carenciadas para cultivo de produtos para consumo próprio e assim minimizar as suas dificuldades.

Em resposta ao Presidente da mesa da Assembleia o Presidente da Junta, diz que a lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, no artigo

23ª receitas das freguesias na alínea a) do nº1 “O produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos” em função desses dados foi calculado o valor de 5000 euros para o ano 2014, referente ao ano 2013.

Ponto 2.6 – Aprovação do Mapa de Pessoal 2014 - Atribuições/ Competências/ Atividades dos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal para o ano 2014, (dando cumprimento ao previsto na alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Neste ponto inscreveu-se o membro Ana Arminda da Cruz Moreira Azevedo.

O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao membro que se inscreveu.

Que usando da palavra, pediu um esclarecimento ao Presidente da Junta, relativamente ao quadro de pessoal, na opinião da mesma não se justifica a necessidade de duas funcionárias ao serviço da Junta.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta, que justificou que já há muitos anos que estas funcionárias estão ao serviço da Junta, nomeadamente, a assistente técnica está ao serviço há 17 anos. O Presidente da Junta afirmou ainda que não é objetivo deste executivo diminuir nem aumentar o número de funcionários do mapa de pessoal. O mapa de pessoal é constituído por uma Assistente Técnica e uma Assistência Operacional.

Ponto 2.7 – Aprovação da atualização da Tabela Geral de Taxas e Licenças para o ano financeiro de 2014 – (dando cumprimento ao previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Foi discutido por todos os membros da Assembleia a necessidade de uniformização de valores a cobrar em todas as freguesias, a qual foi bem aceite e apoiada pelo executivo.

Ponto 2.8 – Pedido de autorização para Contração de todos os Empréstimos a Curto Prazo e locação financeira, que a Freguesia venha a contrair durante o período de vigência do Orçamento para o ano 2014 (dando cumprimento ao previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Neste ponto inscreveu-se o membro Ana Arminda da Cruz Moreira Azevedo, que questionou o Presidente da Junta de Freguesia, para que fim seria usado o empréstimo Contraído.

O Presidente da Junta de Freguesia esclareceu, que o empréstimo será no valor de 10% do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias), com vista a satisfazer necessidades pontuais de tesouraria, devido a situação financeira da Junta, deixada pelo executivo anterior.

Mais esclareceu que o empréstimo será liquidado no final do ano de 2014.

Ponto 2.9 – Delegação de Competências na Freguesia *(dando cumprimento ao previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro).*

Tomou a palavra o Presidente da Junta que, explicou que a Delegação de Competências na Freguesia, será do âmbito do Município de Macedo de Cavaleiros. Continuou dizendo que tem conhecimento que a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros não se encontra contemplada no Orçamento da Camara Municipal, mas poderá haver futuramente uma revisão orçamental.

Foi ainda colocado à consideração de todos os membros da Assembleia de Freguesia, pelo Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, a proposta de uma Organização de Associação de moradores com competências delegadas pela Junta de Freguesia.

Após alguma discussão do proposto foi dito pelo Presidente que seria uma proposta a ser analisada, mas dada a pouca população considerava pouco viável.

Ponto 2.10 – Alteração e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Macedo de Cavaleiros *(dando cumprimento ao previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro)*

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, neste ponto esclareceu que, como não foi enviado o novo documento aos membros da Assembleia de Freguesia para análise seria então discutido na próxima reunião.

Foi decidido que seria atualizado o documento em função da nova lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e que a notificação aos membros da Assembleia, passará a ser efetuada via correio eletrónico anexando-se os documentos necessários. As propostas de alteração do Regimento serão apresentadas para discussão na próxima reunião de Assembleia de Freguesia, bem como, a sua aprovação.

Ponto 2.11 – Autorizar a Assembleia de Freguesia a organizar e realizar uma reunião extraordinária de todos os membros das assembleias de freguesia e juntas de freguesia do concelho, no intuito discutir e aprovar a seleção de produtos regionais a expor na MONTRA DE MACEDO (virtual e real);

O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, tomou a palavra e explicou aos membros da Assembleia de Freguesia, qual a finalidade e o objetivo da criação da MONTRA DE MACEDO.

Foi abordada a possibilidade de realização desta proposta pelo executivo, cumprindo o primeiro objetivo, lançando o repto a todos os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros esta ideia, para, através deste projeto ser possível a divulgação dos produtos (agrícolas, entre outros) a nível nacional e internacional, utilizando rótulo de Macedo de Cavaleiros.

Ponto 2.12 – Aprovar a criação do Livro Verde

O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia tomou a palavra e colocou a apreciação de todos os membros da Assembleia de Freguesia a criação do Livro Verde, e explicou que será um livro de capa verde que irá passar por todas as Instituições e Organismos, Comércio e toda a população da nossa freguesia para apresentarem sugestões, reclamações e opiniões de trabalho, para serem realizadas pelo executivo da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, terá um cariz de envolvimento e de oportunidades de participação ativa por parte de toda a população, podendo dar origem à criação de protocolos e parcerias de trabalho.

Deu-se início à votação por pontos, com os seguintes resultados:

APROVAÇÃO DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.2 – Abstenção de todos os membros;

Ponto 2.3 – Abstenção de todos os membros;

Ponto 2.4 – 7 votos a favor e 5 abstenções;

Ponto 2.5 – 7 votos a favor e 5 abstenções;

Ponto 2.6 – 12 votos a favor;

Ponto 2.7 – 12 votos a favor;

Ponto 2.8 – 12 votos a favor;

Ponto 2.9 – 12 votos a favor;

Ponto 2.10 – 12 votos a favor no sentido de aprovar a alteração, a ser abordada em próxima assembleia;

Ponto 2.11 – 12 votos a favor;

Ponto 2.12 – 12 votos a favor;

Ponto 3 – PERÍODO DO PÚBLICO:

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, perguntou ao público presente se queriam usar da palavra.

O Sr. Carlos Cunha tomou a palavra, colocando algumas questões ao Presidente da Junta de Freguesia:

- Acesso à informação das Reuniões de Assembleia de Freguesia;
- Locais de colocação do Edital da realização das Assembleias, Macedo de Cavaleiros, Nogueirinha e Travanca;
- Dívida do executivo anterior;
- Dívida dos honorários ao Presidente cessante;
- Qual a penalização da Junta relativamente à não entrega do IRS dos anos anteriores;
- Fecho de serviços públicos no concelho, Repartição de Finanças, Correios, Serviço de Urgências;
- Relativamente aos bens da Junta de Freguesia não utilizados como pensa o executivo proceder;

A estas questões o Presidente da Junta respondeu:

- Logo que possível e que se consiga colocar a página da internet operacional, serão publicados todos os documentos inerentes aos serviços da freguesia, incluído as atas da Assembleia.
- Na questão do edital foi dito pelo Presidente da Assembleia, que está prevista a alteração ao Regimento no qual irão ser contemplados os locais a afixar os Editais;
- Como esclarecido anteriormente essa situação será abordada na próxima reunião da Assembleia de Freguesia.
- Deu a sua opinião sobre possível fecho de serviços públicos no concelho, considerando ser uma situação preocupante, e referiu ter sido já apresentada moção relativamente a esta questão em Assembleia Municipal.
- Como foi dito anteriormente a Junta de Freguesia, possui alguns bens móveis obsoletos, que para funcionarem precisam de uma revisão com custos muito elevados. Por esse mesmo motivo, deliberou-se vender, alienar estes bens obsoletos, e assim realizar receita.

De seguida tomou a palavra o membro da Assembleia pelo PS, Alice Maria Dias Pires, que questionou o Presidente da Junta de Freguesia:

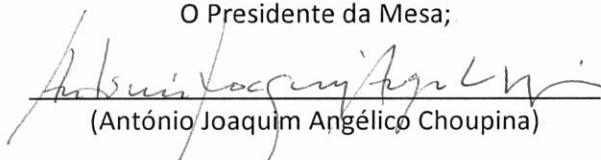
- A ordem do executivo é diferente da ordem na lista apresentada, na reunião de tomada de posse;

Respondeu o Presidente de Junta de Freguesia, que foi decidido em sede de primeira reunião de Executivo da Junta, e de acordo com a lei em vigor – Lei nº 5-A/2002 alínea 2) artigo 24º – primeira alteração a lei nº 169/99 de 18 de Setembro, os cargos a ocupar por cada um dos vogais eleitos. Que essa é competência exclusiva do Presidente da Junta de Freguesia.

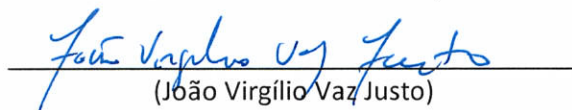
Nada mais havendo a tratar foi dado por encerrada a reunião e proposta para aprovação a ata em minuta sendo aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia, deu por terminada esta reunião ordinária.

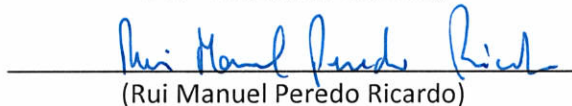
O Presidente da Mesa;


(António Joaquim Angélico Choupina)

O 1.º Secretário da Mesa;


(João Virgílio Vaz Justo)

O 2.º Secretário da Mesa;


(Rui Manuel Peredo Ricardo)